



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0000212-49.2016.8.26.0555**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **BO, OF - 3502/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1758/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **FERNANDO RODRIGO DA SILVA**  
 Vítima: **ESPAÇO DOM LUCIANO SALESIANOS**

Réu Preso

Aos 17 de fevereiro de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu FERNANDO RODRIGO DA SILVA, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da testemunha Paulo Manoel de Souza Profilo, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: FERNANDO RODRIGO DA SILVA, qualificado a fls.70, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, §§1º e 4º, incisos I, II e IV, do Código Penal, porque em 05.11.16, por volta de 20H42, na rua Comendador Oscar Ferreira, 300, São Carlos VIII, em São Carlos, durante o repouso noturno, subtraiu para si, alguns objetos que estavam no interior da escola, tais como DVD e impressora, avaliados em R\$300,00, de propriedade do Espaço Dom Luciano Salesianos. **A ação é procedente**. Os policiais ouvidos confirmaram que o réu entrou no local mediante escalada e mediante arrombamento dos vidros da sala entrou no local, já tendo separado os objetos referidos na denúncia. O réu chegou a escalar uma outra parede na lateral, se quase seis metros e conseguiu entrar no local, e acabou caindo no interior da escola e acabou sendo surpreendido pelos policiais. O laudo de fls.94/97 e fotos de fls.98/101 demonstram que ocorreu a escalada e arrombamento. Ainda que um dos policiais tenha falado que o local era fácil de escalar, a jurisprudência tem entendido que qualquer meio anormal para entrar no local é considerado escalada. Conforme fotografias verifica-se que o alambrado tinha altura considerável, não sendo fácil de se escalar. Também o furto noturno restou



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

comprovado, já que os fatos ocorreram de madrugada. Nesse sentido, é o entendimento dos Tribunais: O Egrégio STJ, de forma acertada, passou a entender que não existe nenhuma incompatibilidade entre a majorante prevista no § 1º e as qualificadoras previstas no §4º. São circunstâncias diversas, que incidem em momentos diferentes da aplicação da pena. Assim, é plenamente possível que o agente seja condenado por furto qualificado (§ 4º do art. 155) e, na terceira fase da dosimetria, o juiz aumente a pena em um terço se a subtração ocorreu durante o repouso noturno (**STJ - 5ª Turma. AgRg no AREsp 741.482/MG, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 08/09/2015; STJ. 6ª Turma. HC 306.450-SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 4/12/2014 - Info 554**). O réu é reincidente (fls.114 e 104 e 108). Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, devendo ser fixado o regime inicial fechado para cumprimento de pena, não devendo o réu recorrer em liberdade. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova. Ademais, a confissão foi espontânea e precedida de entrevista reservada com a Defensoria Pública, momento que teve a oportunidade de conhecer o conjunto e a totalidade da prova. A admissão do delito nesses termos representa para a defesa expressão da autodeterminação do agente e, além disso, possibilidade de responsabilização penal mais branda. Entendo, porém, que as qualificadoras não podem ser reconhecidas. Quanto à escalada, observo que a denúncia imputa apenas a escalada do alambrado e não do muro ou do telhado. O réu defendeu-se apenas da escalada do alambrado e quanto a ele, tanto o réu quanto as testemunhas disseram que era muito fácil a transposição do obstáculo, razão pela qual não se configura a qualificadora. A alusão a escalada do muro e a referente a subida no telhado, embora se infiram pela leitura do laudo, não estão narradas na denúncia e portanto não podem ser reconhecidas em razão do princípio da congruência. Entendo igualmente que não há prova suficiente do arrombamento da janela da escola. O representante da vítima não foi ouvido e não se sabe se os vidros já estavam ou não quebrados, devendo então prevalecer a dúvida decorrente do exercício da autodefesa. Percebe-se que no laudo houve alusão a retirada de telhas, fato que todavia não foi descrito na denúncia e que poderia, com maior pertinência ser imputado ao acusado. A dúvida quanto ao arrombamentos dos vidros, sua confirmação em juízo dependia da oitiva do representante da vítima que não foi ouvido, prevalecendo em favor do réu o benefício da dúvida. O crime não passou da esfera da tentativa. Requer-se, tendo em vista a confissão, reconhecimento apenas do furto simples tentado, pois apenas isso está efetivamente demonstrado pela prova. A redução pela tentativa deve ser a máxima ou ao menos, da metade. No mais, requer-se pena mínima, compensação da confissão com a reincidência, o afastamento do furto noturno, regime semiaberto já considerada a agravante, aplicação de pena alternativa, medida socialmente recomendável, a detração do artigo 387, §2º, do CPP e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. FERNANDO RODRIGO DA SILVA, qualificado a fls.70, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, §§1º e 4º, incisos I, II e IV, do Código Penal, porque em 05.11.16, por volta de 20H42, na rua Comendador Oscar Ferreira, 300, São Carlos VIII, em São Carlos, durante o repouso noturno, subtraiu para si, alguns objetos que estavam



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

no interior da escola, tais como DVD e impressora, avaliados em R\$300,00, de propriedade do Espaço Dom Luciano Salesianos. Recebida a denúncia (fls.102), houve citação e defesa preliminar, sendo mantido o recebimento, sem absolvição sumária (fls.137). Nesta audiência foram ouvidas duas testemunhas de acusação e interrogado o réu, havendo desistência quanto a vítima. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação nos termos da denúncia. A defesa pediu a exclusão das qualificadoras e do furto noturno, redução máxima pela tentativa e benefícios legais. **É o Relatório. Decido.** O réu confessou a tentativa de furto. Também confessou que pulou o alambrado que tem a altura de uma porta, o qual foi usando os buracos para por os pés. É o suficiente para a configuração da qualificadora da escalada, pois o que o réu confessou já revela esforço incomum para entrada na escola, pouco importando se era fácil subir o alambrado, com o uso dos buracos para apoio dos pés. Também uma escada poderia configurar esta qualificadora, com a mesma natureza de facilitação do acesso. O laudo de fls.96 mencionada a altura de dois metros do muro, e também está fotografado a fls.98 e seguintes. Desnecessário que houvesse mais escalada dentro da escola, fato este também não abrangido pela denúncia. De outro lado, embora o réu diga que a janela estivesse quebrada, também disse que a forçou, o que indica que não a abriu simplesmente. Forçando a janela, e considerando o depoimento dos policiais, é possível concluir que praticou também o rompimento de obstáculo, até porque o diretor da escola (fls.10), ouvido apenas no inquérito, disse ter percebido a janela quebrada naquela ocasião, sem ressalva de que estaria previamente quebrada. Assim, as duas qualificadoras são reconhecidas, juntamente com a atenuante da confissão. Exclui-se a causa de aumento do furto noturno. Este incide durante o horário de repouso noturno, nos termos da norma penal. O repouso noturno, contudo, não é o mesmo que noite. Há necessidade de que o furto houvesse sido praticado em horário mais avançado, para que o repouso noturno pudesse ser reconhecido. Aconteceu por volta de 20h42, hora em que, de regra, as pessoas estão despertas, sobretudo na cidade. Fosse o delito praticado na madrugada ou em hora mais avançada, incidiria a causa de aumento, mas na hora citada em que a cidade ainda se movimenta, diversos cursos noturnos estão em atividade e há movimentos nas ruas, a causa de aumento não deve ser aplicada. Neste sentido: "o repouso noturno previsto no parágrafo 1º, do artigo 155 do Código Penal não se identifica com a noite e sim com o tempo em que a cidade ou local repousa" (RT423/449). O réu é reincidente não específico (fls.114). Faz jus à pena restritiva de direitos, socialmente recomendável, em especial porque está preso desde 05.11.16, há mais de três meses. Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação e **condeno** Fernando Rodrigo da Silva como incurso no artigo 155, §4º, I e II, c.c. art.14, II, art.61, I, e 65, III, "d", do Código Penal. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal fixo-lhe a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a confissão, que se compensa com a reincidência e mantém a sanção inalterada. Havendo tentativa, e considerando o razoável pequeno percurso do *iter criminis*, pois houve ingresso e separação dos bens do interior do imóvel, colocados para fora dele, reduz a sanção em metade, perfazendo a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**pena definitiva de 01 (um) ano de reclusão e 05 (cinco) dias-multa, calculados na proporção anteriormente definida.** Considerando a reincidência, e a nova infração, a pena privativa de liberdade deveria ser cumprida inicialmente em regime semiaberto. Contudo, já tendo cumprido tempo de prisão provisória nesse regime, poderá iniciar o cumprimento do restante da pena no **regime aberto**, que fica então fixado como inicial, nos termos do artigo 387, §2º, do CPP. não havendo reincidência específica, e considerando a medida socialmente recomendável para o objetivo máximo da sanção penal (a ressocialização), **substituo** a pena privativa de liberdade restante por **uma de prestação de serviços à comunidade, na razão por uma hora por dia de condenação**, a serem oportunamente especificados. **Expeça-se alvará de soltura clausulado**, tendo em vista a pena fixada. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: